

*“Para melhor entender o relevo brasileiro, é preciso conhecer também o continente sul-americano e seu dinamismo”,* afirma Jurandy Ross no artigo que abre esta edição de *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. A *“história dos espaços é a história dos poderes”,* e para entender os mecanismos do poder é preciso *“ir além do espaço como continente, fixação, buscá-lo como forma econômico-política”,* explica em seu trabalho Tatiana Tramontani Ramos, a partir dos ensinamentos de Michel Foucault (*Microfísica do poder*, 1979) – algo lembrado inclusive no Editorial Inaugural do número inicial de *Continentes*. Em ambas as frases presentes neste segundo número que agora apresentamos a noção de *“continente”* é evocada – guardando as devidas peculiaridades analíticas – para a compreensão profícua do tempo-espaço contemporâneo. Seja na Geografia Física, onde o estudo do continente sul-americano permite uma melhor compreensão da geomorfologia brasileira; seja na Geografia Humana, cujo intento é extravasar qualquer aprisionamento do conceito de espaço geográfico, torna-se oportuno registrar que a revista cumpre seu papel: a reflexão sobre os fenômenos espaciais em sua diversidade, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Assim, o artigo inicial do segundo número de *Continentes* se chama *“O Relevo Brasileiro nas Macroestruturas Antigas”,* de autoria do Prof. Jurandy Luciano Sanches Ross, da Universidade de São Paulo [USP]. O trabalho trata de uma meticulosa apreciação geomorfológica do território brasileiro, com o escopo de ir além da mera combinação analítica entre superfícies de aplanamento, a morfologia e topografia e as idades das formas de relevo. O autor assevera que a constituição dos níveis morfológicos ou topográficos brasileiros, em escala local ou regional, possui marcante

diversidade temporal, combinando superfícies antigas de erosão (meso-cenozóica) com mais recentes (terciário-quadernário), através das implicações, por exemplo, de diferentes efeitos climáticos e paleoclimáticos nos processos esculturação. Referência fundamental nos estudos do relevo brasileiro, Jurandy Ross realça a importância de se estudar as formações geomorfológicas do país inseridas na apreciação conjuntural do *continente* sul-americano.

A seguir, o trabalho intitulado “*Notas Conceituais e Metodológicas em Clima Urbano e Ilhas de Calor*”, do Prof. Dr. Andrews José de Lucena, do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], aborda esta anomalia climática – *a ilha de calor urbana* –, do atual modelo de cidade, cuja urbanização preconizou focos de aumento da temperatura pela perigosa combinação de pavimentação e impermeabilização da superfície, poluição atmosférica, densificação predial, utilização de materiais não propícios à liberação de calor e diminuição das áreas verdes urbanas. Com o objetivo de fazer uma revisão bibliográfica sobre a temática, Andrews Lucena efetua neste artigo um exercício de definição, caracterização, tipologia, monitoramento e mitigação das ilhas de calor, pois ainda sugere ações planejadas para diminuir seus impactos, como o aumento de áreas de vegetação na cidade e o controle do crescimento dos edifícios.

Em tempos de vulgarização do uso do conceito de território e seus congêneres – *territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização* e muitos outros – o artigo “*Território, Geografia e Ciências Sociais: Notas Histórico-epistemológicas*”, de autoria de Marie-Vic Ozouf-Marigier, Professora da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* [EHESS / Paris, França], é de fundamental importância para uma análise histórico-epistêmica desta palavra-chave da ciência geográfica (e das ciências sociais!), marcada pela pluralidade analítica. Para além do uso do termo *de facto*, a autora perfaz um esforço teórico de ilustrar o quanto as ideias de fronteira, organização dos Estados Nacionais e o próprio planejamento espacial estão vinculadas a uma reflexão com base no conceito de território. E se historicamente o território está visceralmente conectado à conjugação entre espaço e

poder, atualmente o seu posicionamento interpretativo na articulação entre espaço, tempo e política torna possível empreender uma leitura do território a partir de seu caráter *processual*, ultrapassando as fetichizações e naturalizações do termo.

A seguir, Guilherme Ribeiro, professor adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ] e coordenador do Laboratório de Política, Epistemologia e História da Geografia [LAPEHGE / UFRRJ], apresenta o artigo *“História, Tempo e Política na Longa Duração: Considerações Críticas ao Redor de Escritos Sobre a História e Gramática das Civilizações, de Fernand Braudel”*, dando prosseguimento às suas análises sobre este fundamental historiador francês do século XX, em particular sobre o conceito (e método de análise) da *“longa duração”* da história. Baseado na análise de dois trabalhos específicos do autor (*Escritos sobre a história*, 1969, e *Gramática das Civilizações*, 1963), cuja conjugação interpretativa permite um exame teórico-metodológico e temático (economia, sociedade, geopolítica, religião, ciência, mentalidade, civilização), respectivamente, do pensamento de Braudel, Guilherme Ribeiro se debruça sobre a compreensão do *tempo histórico braudeliiano*, que privilegia o *“durável”* em detrimento do *“efêmero”*, e implica na noção de que *“a história faz os homens mais do que os homens fazem a história”*. Uma história lenta e durável, um verdadeiro contraponto às noções contemporâneas de *“tempos rápidos”* e *“compressão espaço-tempo”*.

O próximo artigo, intitulado *“A Dimensão Espacial das Lutas Sociais: A Experiência do Movimento dos Sem-teto”*, é de autoria de Tatiana Tramontani Ramos, Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense [UFF], Campos dos Goytacazes. Segundo a autora, à revelia de uma herança a-espacial de análise, os movimentos sociais possuem *“identidades espaciais”*, que envolvem a organização, localização, a ação, a manifestação na paisagem, as escalas de atuação e até mesmo a cartografia de suas atuações. Para pensar a espacialidade dos movimentos sociais, a Tatiana Ramos está atenta à *“guinada espacial”* do marxismo contemporâneo, bem como às contribuições de importantes autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault e aos estudos do geógrafo brasileiro Marcelo

Lopes de Souza. Nesta senda, movimentos como o dos sem-teto buscam enfrentar as adversidades espaciais do modelo hegemônico. A partir da matriz de pensamento lefebvriano, a autora lembra que a *produção do espaço* é um amplo processo que extravasa o ciclo da mercadoria e a engenharia de produtos e serviços, pois engloba a multiplicidade de significações políticas, econômicas, culturais e discursivas que vão regular a vida social, e desta maneira, o estudo dos ativismos sociais urbanos não pode negligenciar esta compreensão da produção do espaço capitalista.

*“Para Além da Ocupação do Território: Notas Sobre o Discurso da “Pacificação” e Seus Críticos”*, artigo assinado por Marcos Rodrigues Alves Barreira, geógrafo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ], trata do horizonte ideológico da pacificação da cidade do Rio de Janeiro. Ainda presente na memória de todos, a ocupação do Complexo do Alemão, em novembro de 2010, pela ação conjugada do Exército Brasileiro e de diferentes batalhões da Polícia Militar fluminense, é um bom exemplo do que propõe o autor: com transmissão em tempo real por diferentes mídias, com doses impactantes de sensacionalismo e discurso reacionário, esta ocupação expôs as chagas de um processo de policialização, criminalização e isolamento das áreas carentes da cidade. Marcos Barreira alimenta o debate, mostrando que estas ocupações atuais das favelas não foram precedidas por nenhuma reforma das instituições policiais, e as UPPs se consolidaram enquanto dispositivos de controle por “biopoder”. O autor ainda aponta que o cerceamento das áreas pobres serviu para uma explosão profícua do potencial imobiliário da capital fluminense com a recriação da imagem da cidade, em particular por causa dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). A tomada destes territórios reconstrói a propaganda de “Cidade Maravilhosa” à custa de profunda segregação, remoção das camadas mais pobres e incursões policiais violentas nos morros, combinadas com a implantação de “teleféricos” e “projetos sociais de lastro diminuto” como compensações burlescas para a comunidade local.

O trabalho que fecha a seção de Artigos da Revista Continentes chama-se *“O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense”*, e

é de autoria Júlio César Gomes Filho, aluno da graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estácio de Sá. O Arco Rodoviário Metropolitano, objeto de reflexão do artigo em tela, é um projeto viário em fase de implantação – amalgamando trechos de rodovias existentes (BR-493 e BR-101) com novos segmentos rodoviários de integração – que circundará a Baía de Guanabara e conectará os extremos da Região Metropolitana Fluminense, ligando Niterói ao Porto de Itaguaí, sem necessidade de recorrer à Ponte Rio-Niterói e Avenida Brasil ou mesmo cruzar a cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma estratégia estatal de incremento ao processo de reestruturação produtiva fluminense, integrando diferentes áreas industriais do Leste metropolitano, em particular as instalações do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em Itaboraí), e Baixada Fluminense ao Porto de Itaguaí, principal ponto de escoamento marítimo da produção fabril da Região Metropolitana e toda a parte oeste do estado do Rio de Janeiro. Mas esta integração, alerta o autor, não pode abdicar de qualificar a mão-de-obra local e oferecer contrapartidas sociais à população do entorno.

Na seção Resenhas, André Santos da Rocha, professor assistente do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ] e coordenador do Laboratório de Geografia Políticas e Práticas Educativas [LAGEPPE-UFRRJ], realiza uma leitura crítica da obra *“Globalização, Democracia e Terrorismo”*, de Eric Hobsbawm (São Paulo: Companhia das Letras, 2007). Sob o título *“Para Pensar a Geografia do Mundo Contemporâneo: Diálogos com Eric Hobsbawm”*, André Rocha indaga: *“De que maneira podemos fazer uma leitura geográfica do mundo contemporâneo neste início de século?”* Segundo a resenha, Hobsbawm oferece importantes subsídios, como os processos ininterruptos de crise e auge econômico do Século XX, as relações militar-beligerantes dos Estados Unidos, o avanço técnico imprimindo novas velocidades nas relações de conhecimento e poder e a consolidação dos processos intercambiados de globalização, urbanização e industrialização do mundo. Resenhando Hobsbawm e dialogando com Giorgio Agamben (*Estado de Exceção*, 2004), para André Rocha parece não haver dúvidas que o Século XXI nasce sob o estigma da violência, sob uma

ideologia ocidental-burguesa de democracia a escamotear o aumento do controle dos corpos, das disputas por hegemonia e das perspectivas de guerra.

Esta resenha não deixa de ser uma singela homenagem a este importantíssimo historiador inglês marxista recentemente falecido, intérprete dos últimos séculos, e que na sua trajetória certamente fez do conhecimento da história dos continentes uma aula geografia. Assim, *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* reafirma seu papel de oferecer um espaço de reflexão da ciência geográfica, e, entre aspectos físicos e sociais, tempos rápidos, de longa duração ou mesmo *geológicos*, entre planejamento territorial e espaços de resistência, buscar consolidar-se progressivamente com um importante canal de interpretação da realidade em sua multiplicidade.

[por Leandro Dias de Oliveira]